

Líderes decidem reduzir número de destaques em exame na Comissão

Foto de Sérgio Marques

BRASÍLIA — As Lideranças partidárias na Constituinte — exceto as do PDT e PTB — decidiram ontem reduzir para 504 (dez por cento do total) o número de destaques a serem votados na Comissão de Sistematização, para apressar os trabalhos. E deixaram encaminhada a decisão de fazer sessões simultâneas da Comissão e do plenário a partir do dia 29.



Lourenço, Virgílio, Fernando Henrique, Scalco, Cabral, Siqueira, Adolfo e Vivaldo reunidos

Mas as reações dos constituintes do PDT, PTB e até do PMDB demonstram que será difícil cumprir o acordo. De manhã, ao saírem do gabinete do Líder em exercício do PMDB na Constituinte, Deputado Euclides Scalco (PR), os Líderes anunciaram formalmente a decisão como se ninguém estivesse contra. No início da sessão da tarde, entretanto, quando o Presidente da Mesa, Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), deu a mesma informação aos integrantes da Comissão, houve reações fortes.

— Estas decisões não podem ser tomadas ao arrepio do Regimento. A não ser que a Mesa decida que o Regimento não está mais em vigor, o que só pode ser feito pelo plenário. Só posso aceitar isso como uma decisão informal de Lideranças — protestou o Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, que propôs a alteração do Regimento como única forma de acelerar o processo constituinte.

Mas as críticas mais duras vieram do Líder do PDT, Brandão Mon-

teiro (RJ). Ele estava preocupado com o precedente que estava sendo aberto:

— Estamos prontos a colaborar no sentido de reduzir ao máximo o número de destaques, mas não aceitamos imposições. Além disso, reuniões de Lideranças não podem passar por cima do Regimento. Poderemos abrir um grave precedente, porque há forças desta casa trabalhando para modificar o Regimento, visando à apresentação de emendas substitutivas integrais.

Assim que ouviu a comunicação de Fernando Henrique, o Líder do PC do B, Haroldo Lima (BA), que estava a favor da redução, protestou.

— O Fernando Henrique foi inábil. Anunciou isto como decisão da Mesa, mas foi uma decisão de Lideranças — explicou.

Pressionado por todos os lados, Fernando Henrique recuou um pouco, mudando o tom do discurso. Inicialmente, admitiu que não se tratava de decisão da Mesa. Mas logo

lembrou que, em três semanas, foram apresentados 1.200 destaques, mas apenas 130 foram votados.

— Se tivéssemos feito um trabalho prévio, sem atropelos, ter-se-ia avançado mais. Trata-se, portanto, de uma decisão racional, não de uma imposição — argumentou.

O Senador reconheceu, entretanto, que nada impedirá que um Deputado, julgando-se prejudicado no direito de apresentar emendas, apresente a sua, mesmo contra a decisão das Lideranças:

— As Lideranças têm a obrigação política de convencê-lo a não apresentar, mas não há mecanismos de força. Há apenas a consciência de responsabilidade, que é de todos nós.

Mais tarde, o Líder do PTB, Gastone Righi (SP), que não havia participado da reunião, informou que não forçaria sua bancada a reduzir o número de destaques para 28, aderindo à posição do Líder do PDT. A Deputada Beth Azize (PSB-AM) estava re-

voltada com o Líder do seu partido, Senador Jamil Haddad (RJ), que havia fechado o acordo com os demais Líderes sem consultá-la. Um dos coordenadores do MUP ("Movimento da Unidade Progressista" do PMDB), o Deputado Nelton Friedrich (SC) informou que o seu grupo não aceita a decisão dos Líderes partidários, porque "acelerar não significa atropelar". O Deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), do grupo "moderado", afirmou que a proposta "não tem base real". O Líder do PT, Luís Inácio Lula da Silva, adiantou que a redução é possível, mas vai deixar a decisão final para a sua bancada.

Diante deste debate, a discussão sobre a realização de sessões simultâneas ficou em segundo plano. Apenas o PFL e o PL são contra. O Deputado Adolfo de Oliveira (PL-RJ) acha que a simultaneidade é "incompatível, anti-regimental e inconveniente". O Líder do PFL, José Lourenço (BA), acha melhor encerrar o trabalho da Comissão antes da votação do plenário. Lourenço só admite rever sua posição se faltar apenas uma pequena parte no projeto para votar no dia 28 — prazo final da Comissão. Os demais Líderes acreditam nesta solução.

Como o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, quer ver o início das votações em plenário no dia 29, não há outra saída senão a simultaneidade. A maioria dos Líderes não quer enviar o projeto sem votação para o plenário. Segundo um projeto inicial, seriam realizadas sessões da Comissão às segundas, terças, sextas e sábados, ficando às quartas e quintas para o plenário da Constituinte. Como adianta Haroldo Lima, até o dia 28 será tentado o consenso entre os Líderes. Se não for possível, a medida será implantada por decisão da maioria.

Foto de Sérgio Marques

DPF procura quem jogou pedra em comitê do Senado

BRASÍLIA — O Presidente do Senado, Humberto Lucena, recorreu ontem à Polícia Federal para tentar descobrir quem apedrejou, na madrugada de domingo, a janela do Comitê de Imprensa, quebrando quatro vidros. O resultado da perícia será divulgado hoje, mas um dos peritos já informou que será muito difícil apontar o culpado, pois não existem testemunhas e há poucas chances de serem encontradas impressões digitais. Quando termina o expediente, os seguranças protegem apenas as entradas do Senado e da Câmara. O jardim sob a rampa do Congresso —

onde estava o vândalo — fica desprotegido.

Lucena supõe que a agressão tenha partido de algum insatisfeito com a Constituinte ou de alguém "tresloucado ou desesperado". O Presidente do Comitê, jornalista João Emilio Falcão, tem três hipóteses: vandalismo gratuito, manifestação contra a imprensa ou reação contra a Constituinte — hipótese que considera a mais provável. Lembrou que, recentemente, um deputado foi insultado num shopping center e outro foi agredido verbalmente numa barbearia.



Senadores observam a janela quebrada, ao lado da rampa do Congresso

Militar político tem que ir para reserva

BRASÍLIA — Representantes da esquerda na Comissão de Sistematização tentaram aprovar ontem duas emendas ao substitutivo do Relator Bernardo Cabral que permitiriam a participação efetiva dos militares no processo político. Eles queriam evitar que os militares, sempre que eleitos, tenham que passar para a reserva. As duas foram rejeitadas.

De acordo com o texto de Cabral, para se tornar elegível, o militar tem que contar mais de dez anos de serviço ativo e passar para a inatividade ao ser diplomado. Caso queira apenas se filiar a um partido, deverá ser agregado.

O primeiro pedido de alteração foi apresentado pelo Deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ), do grupo "progressista". Ele defendia um destaque apresentado pelo Deputado José Genoíno (PT-SP) a uma emenda do Deputado José Carlos Sabóia (PMDB-MA) que permitia a eleição do militar sem que ele tivesse que ir para a reserva. Paulo Ramos considerou a exigência de inatividade uma penalidade e lembrou que o funcionário público, ao ser eleito, não precisa se aposentar para concluir seu mandato, podendo até mesmo

fazer opção entre o salário que recebia e o de parlamentar.

— Se não evitarmos essa discriminação — ressaltou Paulo Ramos —, acabaremos impedindo que o militar participe da política sem que tenha que utilizar mecanismos antidemocráticos. Ele acabará servindo de massa de manobra.

No entanto, a argumentação não convenceu os constituintes e a emenda foi rejeitada por 52 votos a 25.

Em seguida, foi a vez de o Deputado Paulo Delgado (PT-MG) defender uma emenda de sua autoria determinando que o candidato militar ficasse de licença pelo menos quatro meses antes da eleição. Na defesa de sua proposta, ele alegou a necessidade de evitar que a eleição de um integrante das Forças Armadas para um cargo eletivo se tornasse numa punição.

O Deputado Lysânea Maciel (PDT-RJ) afirmou que esta seria uma forma de acabar com o fosso existente entre a sociedade civil e a militar, pois ambas estariam participando do processo político de forma igual, com respeito mútuo às liberdades políticas de cada um. Mas também esta proposta foi rejeitada por 55 votos a 23.

Pressa é para aumentar imposto em 88, diz Delfim

SÃO PAULO — O Deputado Delfim Neto (PDS-SP) acusou ontem o PMDB de ter pressa para terminar a Constituição até o dia 15 para garantir o aumento de impostos em 1988. Delfim lembrou que, como os impostos têm que ser reajustados no ano anterior, se a Carta não ficar pronta até 5 de dezembro, não haverá tempo suficiente para isso.

— Ninguém está preocupado em publicar a Constituição, mas em assaltar o bolso do contribuinte.

Sobre a reforma tributária proposta na Constituinte, Delfim disse que o País corre o sério risco de atrasar definitivamente seu desenvolvimento econômico. Segundo o Deputado, essas mo-

dificações transferem rendas para os Municípios e Estados sem transferir serviços.

Defensor até então do mandato de cinco anos para o Presidente José Sarney, Delfim mudou de opinião nos últimos dias, passando a defender eleições diretas em 1988.

— Deve haver uma eleição geral completa, ampla, desde Vereador até Presidente da República. Esta é a única forma de resolver essa situação.

Delfim lembrou que, quando o PMDB estava na oposição, sempre criticou de forma dura o Governo anterior por instituir um salário mínimo baixo.

— Agora que o partido está no Governo, reduziu o salário à metade.

CONCURSO CVM

Inscrições abertas para turmas específicas; preparação super intensiva; aulas ministradas por professores do CVM — Tels.: 285-4499 e 533-3348